

ONDE ESTÁ A DEMANDA POR ENSINO SUPERIOR NO BRASIL? UM ESTUDO SOBRE O PADRÃO DE INTERESSE POR CURSOS SUPERIORES NO PAÍS

Thiago Perez Bernardes de Moraes¹

Geraldo Leopoldo da Silva Torrecillas²

Resumo: O ensino superior no Brasil nas última décadas cresceu de forma consistente, graças sobretudo as instituições de ensino superior particulares. Ao que parece a agenda adotada pelos últimos governos favoreceu a expansão do número de instituições de ensino superior, seja pela concessão de benefícios como o PROUNI e também diversos tipos de isenções fiscais.. Nesse sentido, houve uma tênue democratização do ensino superior, vide que até então o mesmo era voltado unicamente para as elites. Mensuramos através do Google Trends o interesse por 10 termos ligados ao ensino superior. Nossos resultados apontam que há um padrão sazonal identificável de interesse por cursos superiores no Brasil. Apontam também que a maior faixa de interesse por cursos superiores no Brasil está justamente localizado nas sub-regiões onde a oferta de ensino superior é mais escassa.

Palavras-chave: Ensino superior, Padrão de interesse, Google Trends.

¹ O autor é cientista político e pesquisador na área de psicologia social pela Universidad Argentina John Fitzgerald Kennedy. thiagomoraessp@hotmail.com

² O autor é administrador e mestre em gestão social do trabalho e pesquisador na área de psicologia social pela Universidad Argentina John Fitzgerald Kennedy. geraldo.torrecillas@uol.com.br

Abstract: Higher education in Brazil in the last decades has grown consistently, thanks above all private higher education institutions. Apparently the agenda adopted by the past governments favored the expansion of the number of higher education institutions, whether by the granting of such benefits as the PROUNI and also various types of tax exemptions. In this sense, there was a tenuous democratization of higher education, see that until then the same was geared solely to the elites. We measured through Google Trends interest for 10 terms linked to higher education. Our results indicate that there is a seasonal pattern of identifiable interest in upper courses in Brazil. Point that the greater range of interest for superior courses in Brazil is precisely located in sub-regions where the provision of higher education is more scarce.

Keywords: higher education, standard of interest, Google Trends.

INTRODUÇÃO



No século XXI o ensino superior torna-se mais complexo frente às demandas cada vez mais dinâmica do mercado de trabalho. No Brasil, durante séculos, a oferta de ensino superior manteve-se escassa e voltada, sobretudo para as elites nacionais.

Nas últimas quatro décadas, entretanto houve uma transformação radical na estrutura de ensino do Brasil. Primeiro, as instituições de ensino superiores privadas passaram a exercer hegemonia; segundo, o número de instituições e de cursos expandiu de forma gritante, 3) o governo recentemente aumentou o repasse de recursos para instituições públicas, entretanto, o maior incentivo que o governo fornece é para as instituições privadas através de programa como o PROUNI e de concessão

de incentivos fiscais diversos.

Neste trabalho utilizamos o Google Trends para mensurar 10 termos referentes a ensino superior no Brasil. Os resultados indicam que há a consolidação do interesse por PROUNI como uma política estudantil popular. Mostra também que há um padrão sazonal de interesse por cursos superiores no Brasil, sendo que os maiores picos são em dezembro e janeiro, entretanto, há outros picos regulares de interesse de menor intensidade concentrados nos meses de julho e agosto. Outro resultado interessante refere-se ao padrão de interesse por pós-graduação, a maior parte do interesse é por mestrados, o dobro do que o interesse por especialização e o interesse por doutorado nos últimos anos tem se convergido com o interesse por especialização. Somamos o padrão de interesse por sub-região em todos os termos e definimos 5 regiões onde o interesse é mais intenso. Paradoxalmente, a maior parte do interesse concentrou-se em Estados onde a oferta de ensino superior é escassa.

1. ESTRUTURA ACADÊMICA BRASILEIRA

O ensino superior no Brasil teve início no século XVI, com a introdução de cursos de filosofia e teologia. A partir de 1808, com a vinda da corte portuguesa para o Brasil, criam-se cursos superiores como medicina e cirurgia, matemática, agronomia, química, desenho técnico, economia política e arquitetura. Nesta época surgem também as instituições privadas, vinculadas à igreja ou à elite local. Após a proclamação da república o ensino superior no país se expandiu, sobretudo após a criação do Ministério da Educação e Saúde em 1930 durante o governo provisório de Vargas (FÁVERO, 2007; CUNHA, 2007; QUEIROZ, 2013).

De 1931 a 1968³ as reformas do ensino tiveram como al-

³ Em 1968 é aprovada a Lei da “Reforma Universitária”. O sistema de cátedra até

vo a ampliação do acesso de ensino superior para as Elites (SILVA; REAL, 2010). Nas décadas de 1970 e 1980, houve uma enorme multiplicação de instituições de educação superior particulares, o que quebrou a hegemonia até então predominante da influencia das instituições de ensino superior publicas. Nessa época começam também a surgir cursos ligados a carreiras modernas, como cursos noturnos de direito, pedagogia e administração. O processo de crescimento quantitativo de instituições particulares que se deu nas décadas posteriores⁴, até o presente, ocorreu *pari pasu* com um crescente processo de concentração e oligopolização do ensino. Á partir de 2007 observa-se com maior intensidade o movimento de compra e venda de instituições de ensino superior onde alguns poucos grupos econômicos passam a serem donos de uma serie de instituições diferentes. Evidente que este contexto é marcado por politicas públicas que até o presente parecem beneficiar alianças, que envolvem atores chaves de diversos setores da sociedade como partidos políticos, movimento estudantis, sindicatos e, sobretudo empresários, num jogo de cooptação econômica em prol da manutenção do *status quo*. Ao que parece, o governo Lula atendeu às pressões da iniciativa privada, o que levou a consolidação do PROUNI. (MARTINS, 2009; VALLE, 2009; MARQUES, 2013). De forma geral, o movimento de privatização e ajuste fiscal iniciado nos anos 1990 levou a diminuição no investimento publico em todas as esferas educacionais, inclusive no ensino superior.

Como acontecimentos históricos político antecedente, a

então vigente foi substituído pelo sistema “departamental”, baseado no modelo norte-americano. Isso em larga medida solapou a influencia europeia predominante até então. A Lei, para professores de instituições públicas, instituiu o regime de dedicação exclusiva, o que de alguma forma trouxe condições mais favoráveis para execução de pesquisa e a consolidação dos pilares da pós-graduação no Brasil.

⁴ O modelo de ensino que se consolida a partir das reformas educacionais dos anos 1990 é lastreado sobretudo pela dinâmica da logica comercial, em alguma medida, a concepção de educação dentro dessas instituições parece seguir a mesma lógica (GENTILI, 1998).

promulgação da Constituição de 1988, trouxe consigo mecanismos de garantias quanto à obrigatoriedade do Estado em arcar com o ônus do acesso dos indivíduos à educação superior de forma gratuita em estabelecimentos oficiais. A Carta Magna trouxe também prerrogativas pró-autonomia didático-científica administrativa e patrimonial para as instituições de ensino superior (SILVA; REAL, 2010). A hegemonia das instituições de ensino superior começa a se consolidar na década de 1990 com a consolidação de um aparato jurídico-institucional de garantia da autonomia das instituições de ensino superior, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Com esta lei, as instituições ganham livre autonomia para aumentar a oferta de cursos, criar novos programas, estruturar-se em campus ou novas unidades, elaborar orçamentos anuais e plurianuais. A maior parte do crescimento quantitativo de instituições de ensino superior do Brasil e deu por parte de atores desvinculados, ou seja, não universidades, mas sim faculdades, escolas e institutos superiores (BORGES, 2012; FREITAS, 2013).

A partir de 2002 são perceptível sutis mudanças quanto ao rumo da política de educação superior, o que culminou em algum aumento de investimento em criação de universidades públicas (como os Institutos Federais de Educação), ampliação das existentes, criação de novo cursos, contratação de novos professores e criação de novos campi. Mesmo assim, tais avanços no setor público são ínfimos perto do avanço da iniciativa privada. Por exemplo, entre 2001 e 2010 as matrículas nas instituições públicas aumentaram de 944.584 para 1.643.298 (42,5% de aumento), enquanto as matrículas nas instituições privadas aumentaram neste período de 2.091.529 para 4.736.001 (55,8% de aumento). Esses números sinalizam que as instituições de ensino superior privadas tiveram um significativo aumento de poder e influencia nos rumos da educação superior no país. A hegemonia fica evidente com análise da quantidade de matrículas em 2010, 74,2% estavam dos alunos

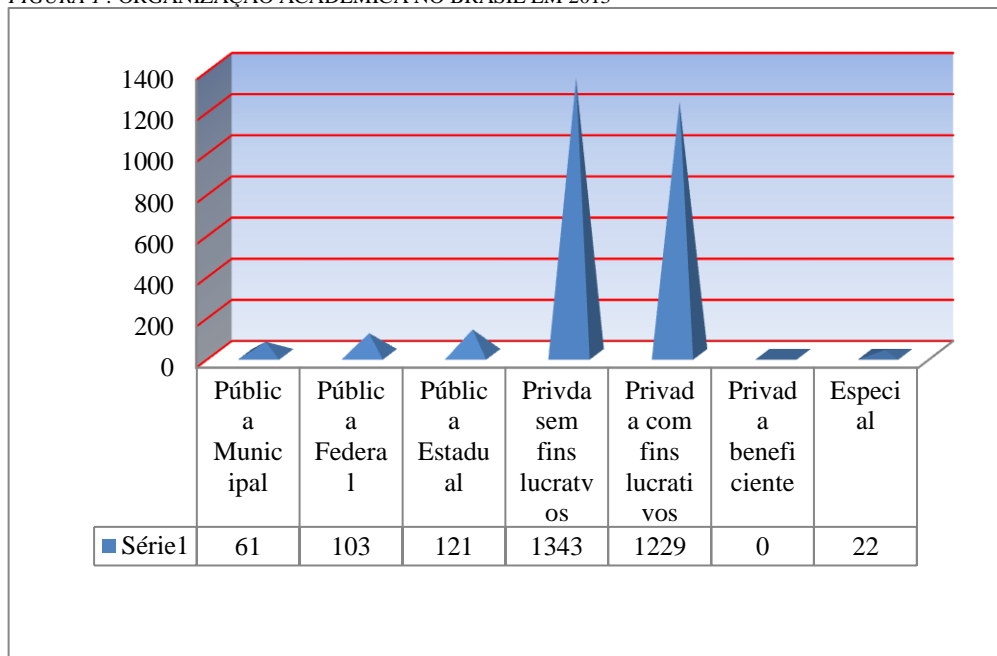
estavam matriculados em instituições particulares enquanto somente 25,8% estavam no ensino superior público. A maioria dos professores atuam também no ensino privado, em 2010, dos 6.379.299 professores que atuaram no ensino superior, a maioria 74,2% (4.736.001) estavam em instituições privadas enquanto apenas 25% (1.643.298) em instituições públicas (QUEIROZ, 2013; *idem*, 2013).

Nesse diapasão o PROUNI parece ser um epifenômeno da inercia institucional e *path dependence* com as trajetórias políticas anteriores voltadas ao ensino superior. Importante ressaltar que a política pública levada a cabo pelo MEC foi simbioticamente influenciem-te e influenciada por uma série de atores governamentais e sociais, e também por outros atores como instituições multilaterais como a UNESCO e o Banco Mundial (MARQUES; CEPÊDA, 2012; COSTA; LAMARCA, 2013). De toda forma, a maior parte dos beneficiados pelo programa PROUNI são homens e mulheres que estão na faixa dos 18 aos 24 anos, que apresentam dificuldade em ingressar no ensino superior público e ou dificuldade em arcar com o ônus financeiro do ensino superior privado. Inicialmente o objetivo do PROUNI não é estimular a ampliação da oferta de cursos superior privado no Brasil, e sim preencher o excedente da oferta vigente. Contudo, ao que parece, essa política pode resultar em menos investimentos no ensino superior público e não obstante, pode implicar a longo prazo em reversão e mudanças irreparáveis na oferta de ensino superior no Brasil, isso considerando que o benefício da renúncia fiscal e as concessões de bolsas no regime PROUNI podem estimular o crescimento contínuo da demanda agregada, o que resulta em mais oferta de ensino superior privado⁵. Há de se considerar também

⁵ Na teoria econômica, a *conditio sine qua non* para a existência de qualquer oferta é a precedência de uma demanda. Nessa lógica, todo incentivo exógeno, como uma ação do governo pode exercer pressão positiva sobre a curva da demanda agregada o que consequentemente, leva a uma curva ascendente na linha de oferta (LIMA, 2000, 2008).

que o programa parece priorizar o acesso, mas não a permanência dos estudantes nas vagas disponíveis, o que certamente interfere na eficácia dentro do que o programa se propõe. (CARVALHO, 2006; VALLE, 2009).

FIGURA 1. ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA NO BRASIL EM 2013



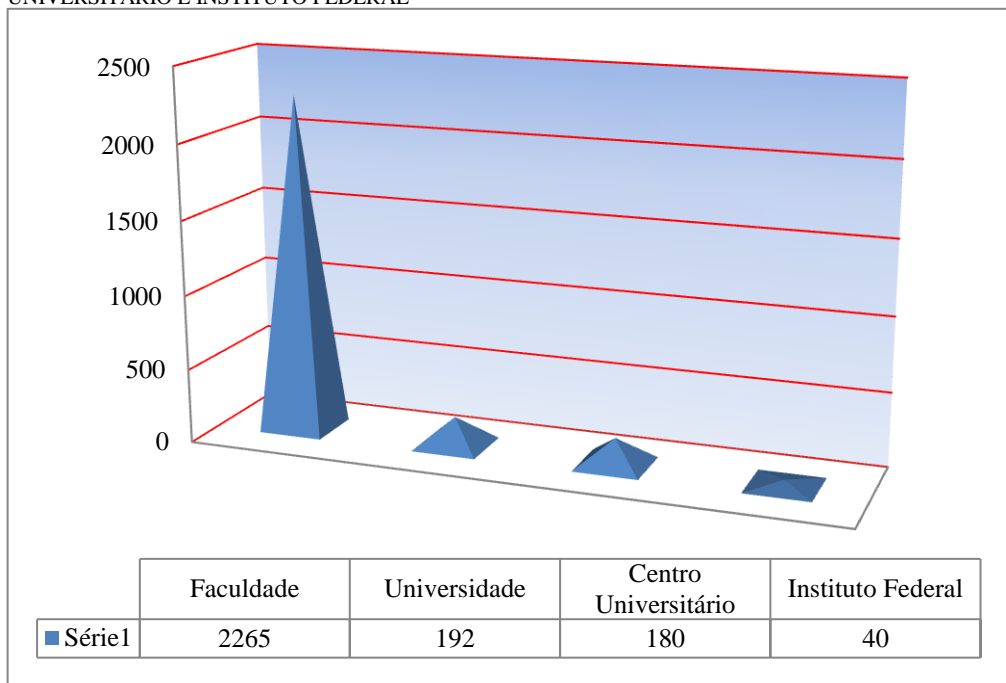
Fonte: Ministério da Educação, elaboração do autor.

Nessa conjuntura, as instituições de ensino superiores públicas se tornaram minorias vide que a grande maioria, 2572, são instituições privadas (1343 sem fins lucrativos, 1229 com fins lucrativos). O menor investimento público nesse sentido parece ser a municipal vide que apenas 61 instituições de ensino superior são municipais, a maioria é estadual.

As universidades públicas estaduais e federais, mesmo sendo minorias lideram o ranking das melhores instituições de ensino no Brasil (MENDES, 2010). Ao que parece, essas instituições por proporcionarem regimes de dedicação exclusiva e incentivos à pesquisa, possuem docentes mais qualificados. Há

de se considerar também que o modus operandi de ingresso á docente nas instituições publicas é aparentemente mais rígido em vista das instituições particulares, o que parece colaborar para o estado da arte. Em muitos casos, o acesso nas instituições privadas não é tão rígido quanto nas instituições públicas, o que incentiva um grande número de indivíduos a demandarem cursos superiores particulares, o que certamente, empurra a curva da oferta agregada para cima.

FIGURA 2. PADRÃO DE INTERESSE POR FACULDADE, UNIVERSIDADE, CENTRO UNIVERSITÁRIO E INSTITUTO FEDERAL



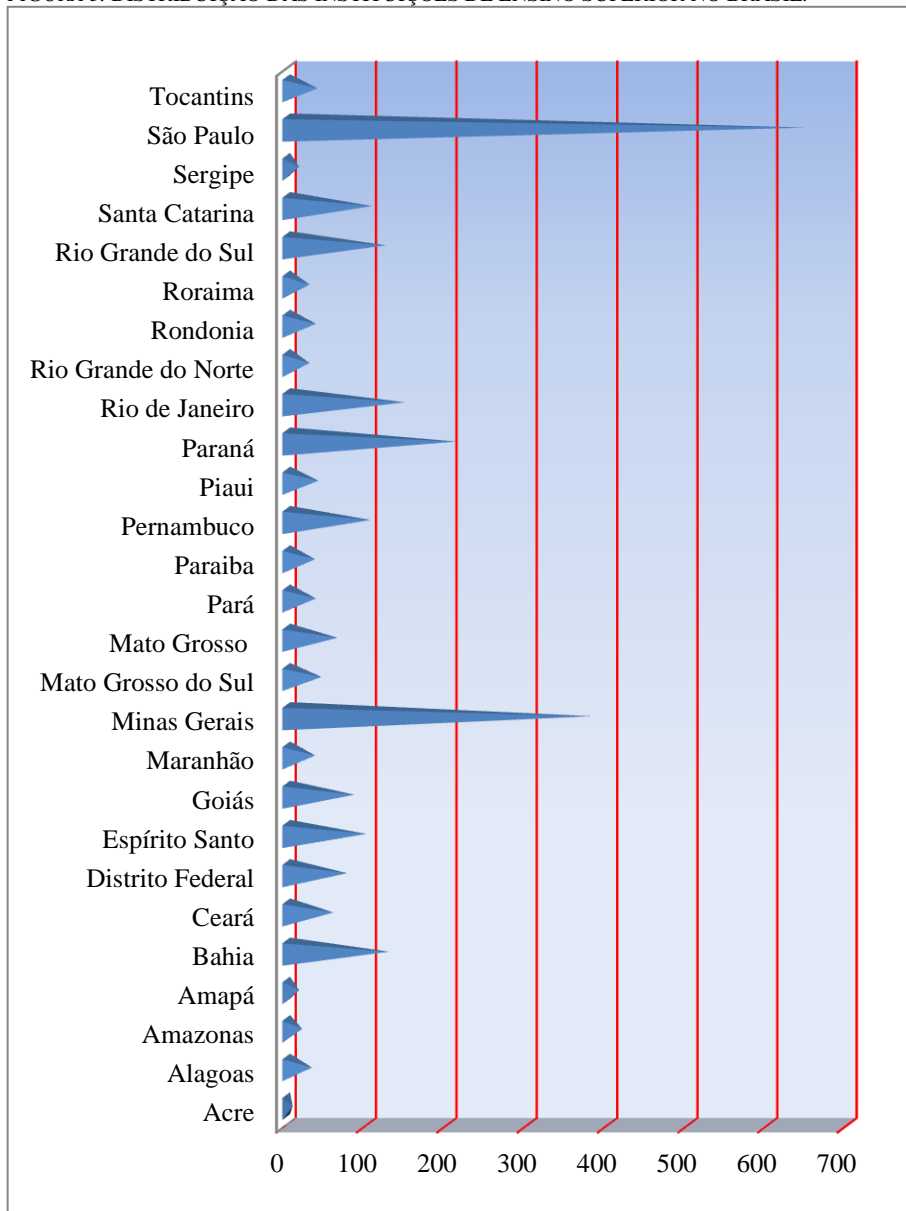
Fonte: Ministério da Educação, elaboração do autor.

Como já mencionado, a maior parte do crescimento da oferta de ensino superior no Brasil não se deu por parte de universidades e centros universitários, mas sim, faculdades. Categoria representa enorme hegemonia no ensino nacional, mais de 90% das instituições são faculdades. Como boa parte das faculdades não promove pesquisa científica nem tampouco

condições para que seus professores se mantenham constantemente envolvidos em pesquisa, é provável que isso em alguma medida afeta a qualidade do ensino, vide que nenhuma faculdade está nominada os rankings das melhores instituições do país.

Importante destacar também que sendo a grande maioria das faculdades particulares, devemos lembrar que o crescimento explosivo quantitativo recente dessas instituições não se deu de forma alguma na ausência de financiamento estatal, visto que boa parte destas instituições goza de uma larga gama de isenções fiscais e previdenciárias, o que representa um ponto positivo do ponto de vista patronal e na liquidez de mercado. Podemos citar pelo menos 4 tipos de grandes isenções históricas no ensino superior: 1) IPTU (imposto predial sobre propriedade urbana), favoreceu de forma direta a aquisição de propriedades para a criação de novos campi, com mais cursos, para mais alunos; 2) ISS (imposto sobre serviço de qualquer natureza), favoreceu a expansão do número de matrículas e consequentemente, da receita operacional bruta; 3) IR (imposto de renda), deu maior fôlego aos orçamentos das instituições de ensino superior, propiciando também mais financiamento bancário, auxílio externo e recursos de agências de fomento; 4) INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social), instituições filantrópicas (“sem fins lucrativos”) tem isenção na cota, o que possibilitou a expansão do corpo docente e do aparato técnico e administrativo, visto que o aumento da folha de pagamento não gerava aumento de custos operacionais (MACIEL, 2010; CHAVES, 2010).

FIGURA 3. DISTRIBUIÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL.



Fonte: Ministério da Educação, elaboração do autor.

Como toda a oferta é precedida por uma demanda, a maior parte das instituições de ensino superior no Brasil, seguindo a lógica comercial, encontra-se dentro das áreas de maior densidade populacional, tais como: 1) São Paulo; 2) Minas Gerais; 3) Paraná; 4) Rio de Janeiro; 5) Rio Grande do Sul; 6) Bahia e 7) Santa Catarina. Nos demais estados da nação o número de instituições de ensino superior é quantitativamente sub-representado em vista destes 7 estados que listamos. Como consequência dessa dinâmica, podem surgir pontos de isolamento, faixas onde as ofertas de ensino superior sejam muito baixas o que dificulta o acesso e a permanência dos indivíduos de tais regiões no ensino superior. O dano mais aparente é social, visto que tal dinâmica tem vetorizado uma distribuição desigual de capital cultural institucionalizado. São Paulo, por exemplo, detém supremacia quanto ao número de instituições de ensino superior, nesse sentido, é de se pensar que talvez haja uma discrepância quanto ao volume de capital social institucionalizado que é distribuído nesta região em comparação a outras regiões como Roraima, Acre e Rondônia, onde a oferta de ensino superior é escassa.

2. METODOLOGIA

Nesse trabalho consultamos os dados sobre as instituições de ensino superior no Brasil que estão cadastrados no portal eletrônico do Ministério da Educação (<http://emec.mec.gov.br/>), ao total, comparamos 2637 instituições de ensino superior, como constam nas figuras acima.

Nós também comparamos 10 termos de busca através da ferramenta Google Trends (<http://www.google.com/trends>), ferramenta que mede a frequência⁶ temporal de buscar por de-

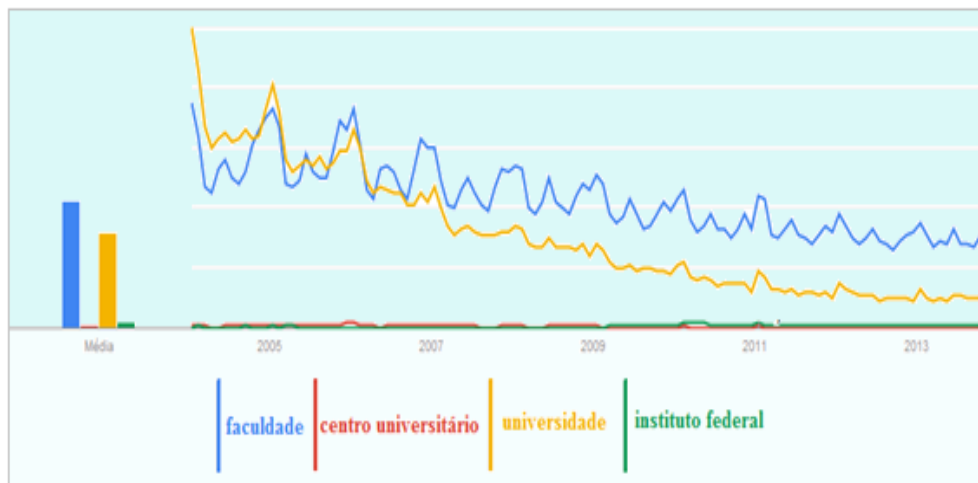
⁶ A ferramenta gera um arquivo de dados que pode ser baixado e manipulado com softwares de estatísticas. Ele gera estatísticas temporais que são estratificadas quanto a intensidade de 0 (a menor frequência) a 100 (maior frequência, acima de 200 mil acessos).

terminado termo no buscador do Google. A ferramenta tem se mostrado uma excelente ferramenta de controle epidemiológico para uma serie de doenças (CARNEIRO; MYLONAKIS, 2009; CHOI; VARIAN, 2012; KANG *et al.*, 2013); um forte medidor de tendências políticas (REILLY; RICHEY; TAYLOR, 2012; DUBE; KARPLAN, 2012) e também de mercado (VLASTAKIS; MARKELLOS, 2012; DZIELINSKI, 2012; PREIS; MOAT; STANLEY, 2013). Isso porque a ferramenta permite, a um custo muito baixo monitorar tendências em tempo real, em uma ampla cobertura geográfica (praticamente o mundo todo) e a um custo baixíssimo (vide que a ferramenta é gratuita). Mensuramos a distribuição por Estado nacional dentro do Brasil subdividido por sub região, onde damos ênfase as 5 sub-regiões onde houve maior frequência. Comparamos termos relacionados à busca de instituições, nesse sentido elencamos as palavras de taxonomização dos tipos de organização acadêmica no Brasil: 1)faculdade; 2)centro universitário; 3)instituto federal; 4)universidade.; comparamos também somados a estes 4 termos ligados ao tipo de formação superior: 1)graduação; 2)especialização; 3)mestrado; 4)doutorado; por fim comparamos também na análise dois termos ligados a ingresso no ensino superior e ao financiamento: 1)vestibular; 2)prouni.

Analizamos a frequência temporal desses termos de 2004 á outubro de 2013 e a distribuição por sub-região. Fizemos uma média da frequência de acesso por casa termo e região, somamos a frequência de todos os termos e estratificamos as 5 sub-regiões onde no geral houve maior frequência.

3. RESULTADOS

FIGURA 4. INTERESSE COM O PASSAR DO TEMPO POR FACULDADE, CENTRO UNIVERSITÁRIO, UNIVERSIDADE E INSTITUTO FEDERAL



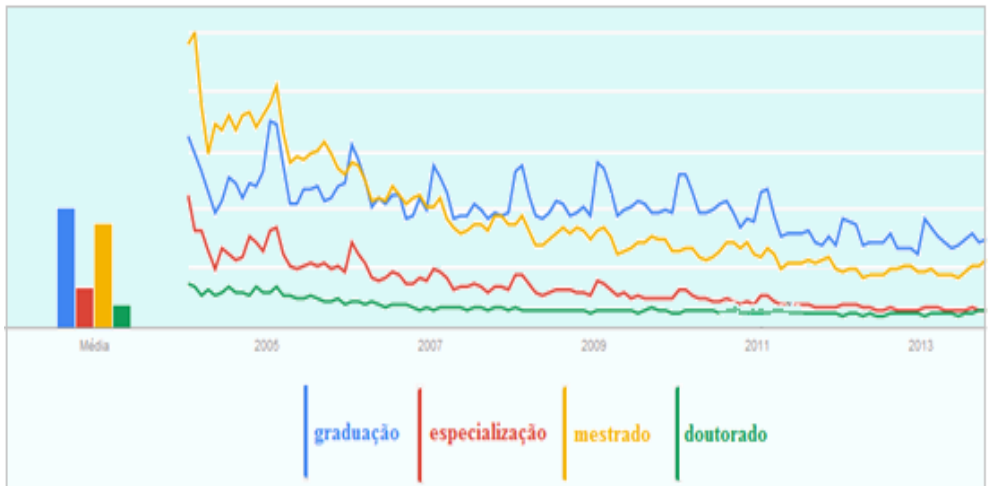
Fonte: Google Trends, elaboração do autor.

O maior interesse entre os 4 tipos de organização acadêmica se dá por faculdade (40), seguida de universidade (30), instituto federal (1) e centro universitário (0). Os resultados parecem mostrar um padrão consistente de busca, vide que o maior número de instituições são faculdades, seguidas por universidades. Há um padrão sazonal de picos de interesse bastante mensurável por faculdade e universidade, com maiores fluxos visivelmente em todo janeiro de cada ano. São visíveis também picos menores também sazonais que ocorrem em julho ou agosto. O que parece justificar a sazonalidade desta amostra é o fato de que a maioria das instituições de ensino superior tem início em seus cursos no começo do ano. Os picos que ocorrem no meio do ano, em média, representam a metade da intensidade dos picos de interesse que ocorrem em janeiro, ao que parece isso está correlacionado com o fato de que parte das universidades oferece vagas em cursos que iniciam no segundo semestre de cada ano, entretanto, a demanda parece equivaler a metade ou menos do padrão de janeiro. Entretanto, de 2011 a 2013 há uma pequena diminuição no *gap*, entre janeiro e julho,

nossa hipótese para futuros estudos nesse caso é de que essa padronização na faixa de interesse em parte se deve ao fato de ter aumentado nesses anos a oferta particular de cursos com ingresso no meio do ano.

O interesse por centro universitário e por instituto federal ainda se mostra bastante incipiente, tal resultado era em alguma medida esperado, vide que são instituições ainda quantitativamente pouco relevantes e historicamente pouco influentes em vista das demais organizações acadêmicas.

FIGURA 5. INTERESSE COM O PASSAR DO TEMPO POR GRADUAÇÃO, ESPECIALIZAÇÃO, MESTRADO E DOUTORADO.



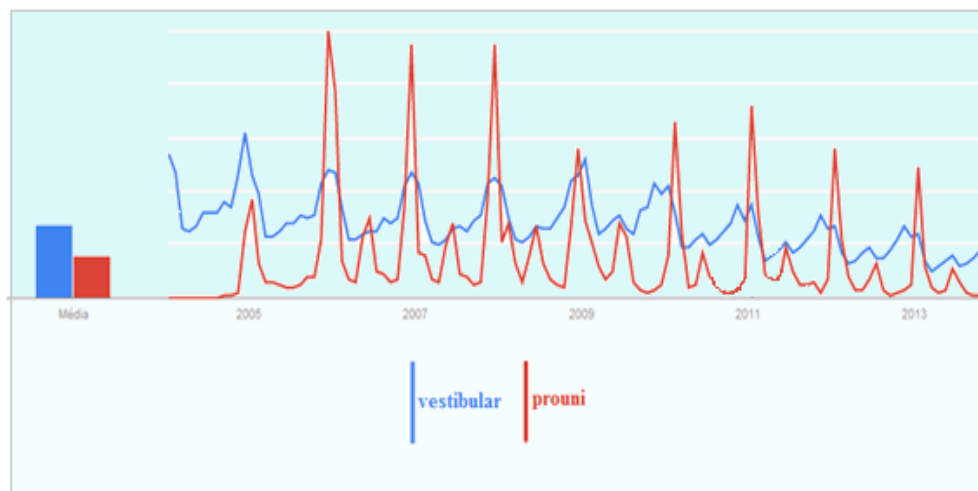
Fonte: Google Trends, elaboração do autor.

A maior média de interesse mensurada entre os 4 termos foi graduação (41), seguido por mestrado (36), especialização (14) e doutorado (7). Um fato que chama atenção é quanto o perfil de interesse por pós-graduação, certamente no país a oferta de ensino é muito mais ampla em especializações do que em mestrados, entretanto, a taxa de interesse por mestrados é mais do que o dobro do que por especialização. Foge do escopo do trabalho traduzir o porquê desta discrepância inesperada, entretanto, o fato da oferta de mestrados ser baixas e o título ter relativo valor no mercado profissional, parecem levar os indi-

vídus a buscarem mais mestrados do que especialização. Entretanto, como a demanda real não consegue se tornar agregada por causa da baixa curva de oferta de cursos de mestrado, os indivíduos optam por especializações, que em geral, possuem mais facilidade no acesso, no ônus do financiamento e no tempo.

O mesmo vale para o padrão de interesse por cursos de doutorado (a valorização no mercado de trabalho é ainda mais alta), o interesse á partir de 2011 começa a se aproximar do mesmo nivel do interesse por especialização, mesmo a oferta quantitativa de doutorados no Brasil sendo ínfimas se comparadas a oferta de cursos de especialização. .

FIGURA 6. INTERESSE COM O PASSAR DO TEMPO POR VESTIBULAR E PROUNI

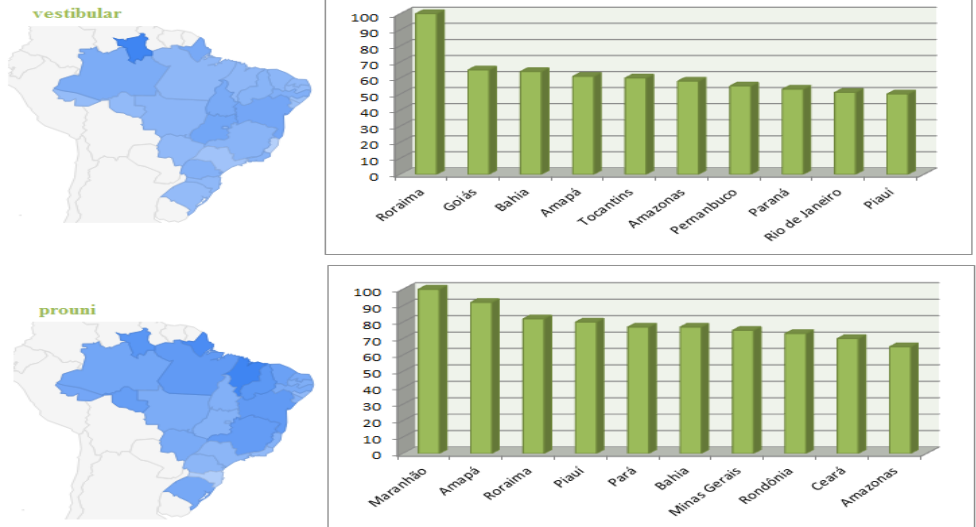


Fonte: Google Trends, elaboração do autor.

É bastante interessante o fluxo de interesse pelos termos vestibular (27) e prouni (15), assim como a Figura, temos um padrão sazonal com picos altamente identificáveis. É espantoso que o interesse por prouni nos meses de dezembro e janeiro tem um fluxo que representa mais o que o dobro do que o interesse por vestibular. EM alguma medida isso representa a consolidação do interesse do PROUNI como política publica universitária pelos brasileiros. Assim como no padrão da Figura,

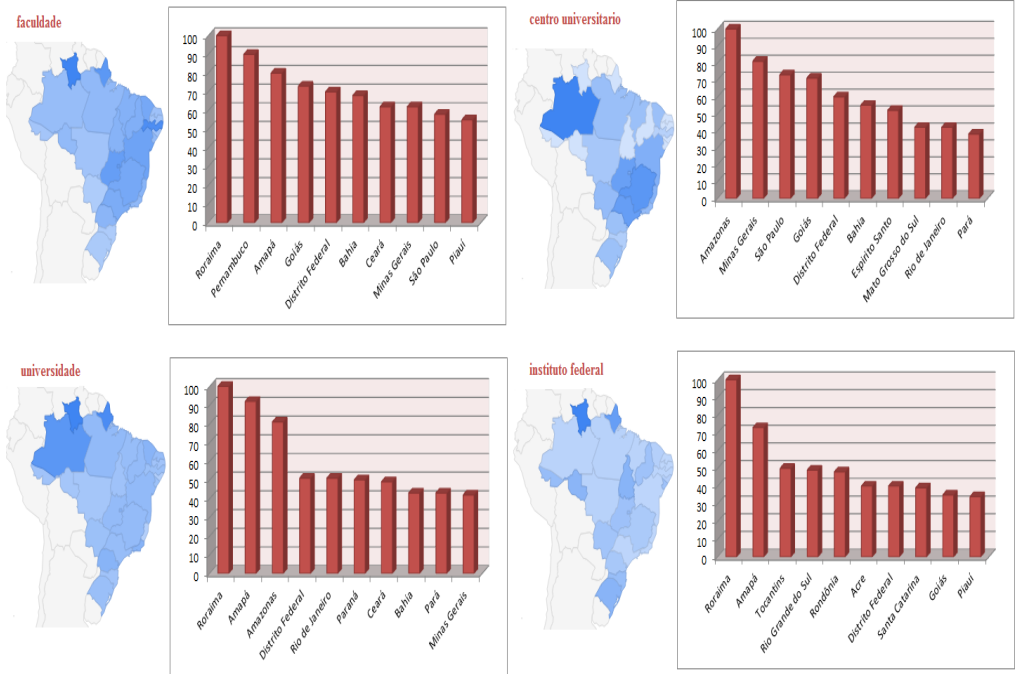
aqui temos também um menor pico de interesse mensurável no meio do ano, ao que parece, também é influenciado pela oferta de ingresso no segundo semestre, que vem crescendo pelo país.

FIGURA 7. O INTERESSE POR VESTIBULAR E PROUNI DIVIDIDO POR PRINCIPAIS SUB-REGIÕES DO BRASIL.



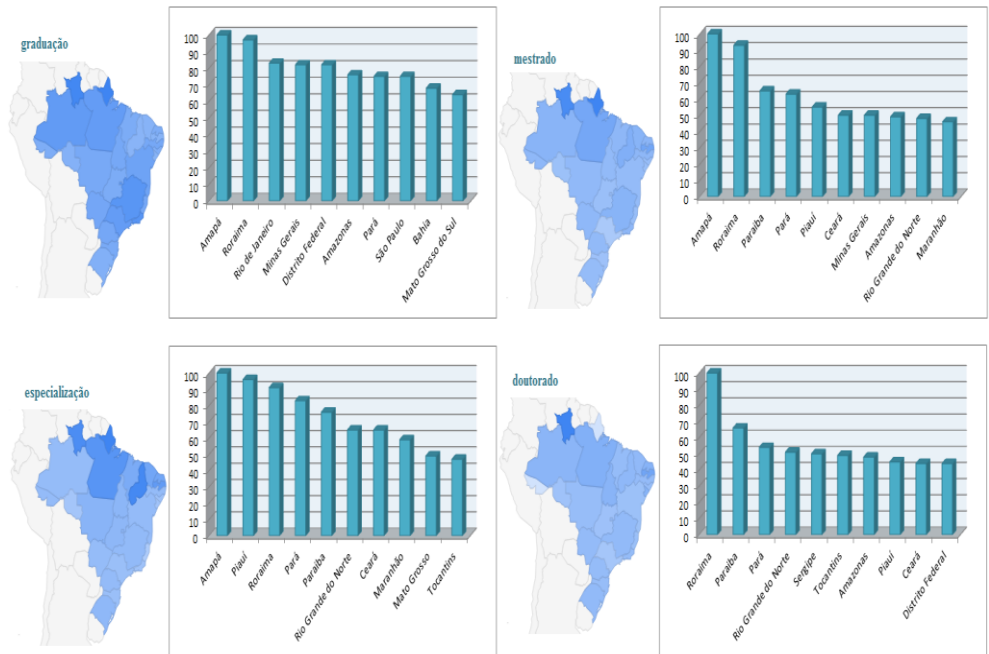
Fonte: Google Trends, elaboração do autor.

FIGURA 8. O INTERESSE POR FACULDADE, CENTRO UNIVERSITÁRIO, UNIVERSIDADE E INSTITUTO FEDERAL DIVIDIDO POR PRINCIPAIS SUB-REGIÕES DO BRASIL.



Fonte: Google Trends, elaboração do autor.

FIGURA 9. O INTERESSE POR GRADUAÇÃO, ESPECIALIZAÇÃO, MESTRADO E DOUTORADO DIVIDIDO POR PRINCIPAIS SUB-REGIÕES DO BRASIL.



Fonte: Google Trends, elaboração do autor.

Somamos o resultado de todas as frequências por Estado e separamos os cinco Estados onde foram mais frequente o número de pesquisa, são eles: 1)Roraima; 2)Amapá; 3)Amazonas; 4)Pará e 5)Bahia. Com exceção da Bahia, os outros Estados que configuram entre os cinco por maior interesse em termos relacionados ao ensino superior, paradoxalmente, estão entre os estados em que a oferta de ensino superior é mais escassa.

Essa discrepância quanto ao padrão de interesse e a localização da oferta estão em correlação positiva, pois perante a falta de oferta a busca na internet é uma das estratégias que os indivíduos destas regiões adotam para encontrar meios exequíveis para o ingresso e realização dos cursos que almejam.

4. DISCUSSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde os primórdios da educação superior nos país, as instituições de ensino sempre foram voltadas pra as elites, com acesso restrito e com baixa oferta de cursos. Nas ultimas 4 décadas o ensino passou por uma mudança radical, vetorizada sobretudo pelo crescimento do setor particular (que se tornou hegemônico). A maioria deste crescimento foi impulsionada por instituições desvinculadas do cenário acadêmico tradicional, sendo a maioria faculdades.

A oferta do ensino público, entretanto não aumentou na mesma velocidade, sendo que quanto ao numero de instituições e de efetividade de matrículas, as instituições particulares representam supremacia plena. Essa posição parece ter sido resultado da articulação e atores políticos e grupos de pressão interessados em concessões de benefícios para as instituições de ensino particulares, como o PROUNI e as isenções fiscais. Pelo fato do ensino ter se desenvolvido nas últimas décadas dentro da logica comercial, sua distribuição no território nacional se da de forma desigual, sendo que a maioria das instituições de ensino se concentra nos grandes centros com maior densidade demográfica, tal como São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Bahia. Esse *modus operandi* fez surgir manchas no país onde a oferta de ensino superior é escassa em todos os níveis, o que em alguma medida, coloca em cheque os ideais de cidadania e igualdade de condições aos indivíduos.

Com o Google Trends mensuramos 10 termos ligados ao ensino superior e compilamos os resultados. Primeiro resultado aparente é que há um padrão sazonal de interesse por ensino superior no país, maior nos meses de dezembro e janeiro, com picos crescentes em julho e agosto. Como recomendação a esta demanda que identificamos, sugerimos aos gestores públicos e aos gestores de instituições privadas pra que, visando maximizar a eficiência no preenchimento das vagas, a oferta do meio do ano se limita a ½ da oferta de inicio do ano, vide que a de-

manda representa mais ou menos isso. Dessa forma, não se criam vagas excedentes que eventualmente podem representar prejuízo. Recomenda-se também que as instituições particulares estejam abertas as determinações do PROUNI, pois como mostra nossa análise, o programa já faz parte das estratégias consolidadas entre os brasileiros que buscam o ensino superior.

Nós somamos e comparamos todos os dados referentes ao interesse por sub-região elencando as 5 regiões de maior fluxo geral de interesse por todos os termos, são elas: 1)Roraima; 2)Amapá; 3)Amazonas; 4)Pará e 5)Bahia. Tirando o estado da Bahia, paradoxalmente, os 4 estados com maior interesse por ensino superior estão entre os Estados onde a oferta de ensino superior, em todos os níveis, é bastante escassa. O interesse nesse caso identificado parece ser o epifenômeno das estratégias dos indivíduos dessas regiões. Sugerimos nesse sentido que a iniciativa privada busque avançar nesses cenários onde o ensino superior ainda é bastante incipiente, e que o Estado nesse diapasão seja um ativo agente, criando novas políticas públicas que incentive a oferta de cursos superiores nessas localidades. Isso porque, para termos uma sociedade mais justa e equânime, é importante que os brasileiros todos tenham acesso aos meios de obtenção de capital social institucionalizado. Enquanto tais oportunidades estiverem distribuídas de forma assimétrica, a desigualdade social tenderá a ser uma constante.



REFERENCIAS

- CARVALHO, Cristina Helena Almeida. O PROUNI no governo Lula eo jogo político em torno do acesso ao ensino superior. *Educação & Sociedade*, v. 27, n. 96, p. 979-1000, 2006.
- CHAVES, V. J. Expansão da privatização/mercantilização do ensino superior brasileiro: a formação dos oligopólios. *Educação e Sociedade*, n. 111, 2010.
- CHOI, Hyunyoung; VARIAN, Hal. Predicting the present with google trends. *Economic Record*, v. 88, n. s1, p. 2-9, 2012.
- COSTA, Nilson do Rosario; LAMARCA, Isabel. The Fernando Henrique Cardoso (FHC) and Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) governments and the policy for the civil servant workforce of the Brazilian government. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 18, n. 6, p. 1601-1611, 2013.
- CUNHA, Luiz Antônio Constant Rodrigues. *A universidade temporã: o ensino superior da colônia à era Vargas*. Livraria UNESP, 2007.
- DUBE, Arindrajit; KAPLAN, Ethan. Occupy Wall Street and the Political Economy of Inequality. *The Economists' Voice*, v. 9, n. 3, 2012.
- DZIELINSKI, Michal. Measuring economic uncertainty and its impact on the stock market. *Finance Research Letters*, v. 9, n. 3, p. 167-175, 2012.
- FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. *Educar em Revista*, v. 28, 2007.
- GENTILI, Pablo. *A falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo*. Editora Vozes, 1998.
- KANG, Min et al. Using Google Trends for Influenza Surveillance in South China. *PloS one*, v. 8, n. 1, p. e55205, 2013.
- LIMA, Gerson. Uma interpretação da curva de oferta de Mar-

- shall ea arquitetura de uma moderna Teoria da Oferta e Demanda. *Econômica*, n. 4, p. 61-84, 2000.
- LIMA, Gerson. *Economia, dinheiro e poder político*. Editora Ibpx, 2008.
- MACIEL, Marcelo Sobreiro. Política de Incentivos Fiscais: quem recebe isenção por setores e regiões do país. 2010.
- MARQUES, Antonio Carlos Henriques; CEPÊDA, Vera Alves. Um perfil sobre a expansão do ensino superior recente no Brasil: aspectos democráticos e inclusivos. *Perspectivas: Revista de Ciências Sociais*, v. 42, 2012.
- MARQUES, Waldemar. EXPANSÃO E OLIGOPOLIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, v. 18, n. 1, p. 69-83, 2013.
- MARTINS, Carlos Benedito. A reforma universitária de 1968 ea abertura para o ensino superior privado no Brasil. *Educação & sociedade*, v. 30, n. 106, p. 15-35, 2009.
- MENDES, P. H. C. et al. Perfil dos pesquisadores bolsistas de produtividade científica na medicina no CNPq, Brasil. *Rev bras educ med*, v. 34, p. 535-41, 2010.
- OLIVEIRA, Romualdo Portela. A transformação da educação em mercadoria no Brasil. *Educação & Sociedade*, v. 30, n. 108, p. 739-760, 2009.
- PREIS, Tobias; MOAT, Helen Susannah; STANLEY, H. Eugene. Quantifying trading behavior in financial markets using Google Trends. *Scientific reports*, v. 3, 2013.
- QUEIROZ, Fernanda Cristina Barbosa Pereira et al . Transformações no ensino superior brasileiro: análise das Instituições Privadas de Ensino Superior no compasso com as políticas de Estado. *Ensaio: aval.pol públ.Educ.*, Rio de Janeiro , v. 21, n. 79, June 2013 .
- REILLY, Shauna; RICHEY, Sean; TAYLOR, J. Benjamin. Using Google Search Data for State Politics Research An

- Empirical Validity Test Using Roll-Off Data. *State Politics & Policy Quarterly*, v. 12, n. 2, p. 146-159, 2012.
- SILVA, Ana Maria; REAL, Giselle Cristina Martins. As configurações das políticas para a educação superior e as reformas do ensino superior brasileiro. *Revista Inter Ação*, v. 36, n. 1, p. 141-158, 2011.
- VALLE, Marcos José. PROUNI: POLÍTICA PÚBLICA DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR OU PRIVATIZAÇÃO?. *Revista Eletrônica Teses e Dissertações*, v. 1, n. 2, 2009.
- VLASTAKIS, Nikolaos; MARKELLOS, Raphael N. Information demand and stock market volatility. *Journal of Banking & Finance*, v. 36, n. 6, p. 1808-1821, 2012.